



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

MIKAELLY ANTUNES DE OLIVEIRA

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DE SÃO JOÃO DO
RIO DO PEIXE: USO ATUAL, CONDIÇÕES DE PRESERVAÇÃO E
SIGNIFICADO.**

CAJAZEIRAS - PB
2014

MIKAELLY ANTUNES DE OLIVEIRA

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DE SÃO JOÃO DO
RIO DO PEIXE: USO ATUAL, CONDIÇÕES DE PRESERVAÇÃO E
SIGNIFICADO**

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia do
Centro de Formação de Professores/CFP da
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
como pré-requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em Geografia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Josenilton Patrício

CAJAZEIRAS - PB
2014

MIKAELLY ANTUNES DE OLIVEIRA

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE: USO ATUAL, CONDIÇÕES DE PRESERVAÇÃO E SIGNIFICADO

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia do Centro de Formação de Professores/CFP da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Apresentado em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Josenilton Patrício Rocha (Orientador)
Curso de Licenciatura em Geografia/CFP/UFCG

Professora Dr. Ana Rita Uhle (Examinadora 1)
Curso de Licenciatura em Geografia/CFP/UFCG

Professora Ms. Renata da Silva Barbosa (Examinadora 2)
Curso de Licenciatura em Geografia/CFP/UFCG

*À Deus que se mostrou criador, me deu o sustento e a coragem necessárias, aos meus pais que sempre me proporcionaram e incentivaram uma educação contínua e aos amigos que acreditaram e estiveram ao meu lado em todos os momentos nessa nova etapa da minha vida **DEDICO**.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por está presente em toda a minha vida e me proporcionar mais uma conquista;

Aos meus pais Valdalaís e Geraldo e minha irmã Michelly, por confiar em mim e por nunca terem medido esforços para me ajudar em todas as minhas escolhas. Obrigado por tudo. Amo Vocês;

Aos colegas do período 2008.2 onde tive os melhores amigos, em especial a Aline Oliveira (*In Memoriam*) que sempre esteve comigo e que hoje sei o papel que você teve na minha vida. A Beatriz, Cecília, Consola e a Cila. Meu obrigada pois não estaria aqui sem a ajuda e amizade de vocês;

As minhas grandes amigas Aline que tiveram um papel fundamental nesse processo, me ajudando e incentivando nas horas que mais precisei. A Fabiola, Denise, Roseany e Simone que me ajudaram incentivando tudo que faço. Meu muito obrigado;

Ao meu Prof. Dr. Josenilton, pelo apoio, oportunidade e paciência que teve nesse trabalho. Acredito que cresci bastante como pessoa. Meus sinceros agradecimentos;

Aos que não me ajudaram quando precisei meu obrigado, acredito que foi com esse NÃO que consegui chegar onde estou hoje;

Obrigada a todos que fazem parte na minha vida.

*Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana,
seja apenas outra alma humana.*

Carl Jung

RESUMO

Pensar a questão do Patrimônio Histórico Arquitetônico é um assunto que para muitos é ainda novo e por isso tem gerado impasses. Trabalhar com esse tema significa não somente buscar o valor que a história tem. Trata-se, sobretudo, de entender e explicar como ocorre a (re)organização do espaço geográfico na perspectiva do uso atual, das condições de preservação e importância. O patrimônio histórico tem sua simbologia, representa o registro de eventos passados que devem ser preservados. Esse é reflexo tanto de uma sociedade passada quanto da sociedade atual. É através das suas formas que podemos entender como foi esse passado e como apresenta-se esse presente. Nessa perspectiva, não se trata somente da forma pela forma. A partir do momento que a sociedade atribui um valor essa passa a condição de forma-conteúdo. O presente trabalho tem como objetivo analisar o patrimônio histórico arquitetônico existente no denominado centro histórico da cidade de SJRP-PB, considerando, o uso atual, as condições de preservação e o significado. Como referencial teórico partiu-se dos conceitos de espaço de Milton Santos (1996), de urbano e paisagem de Castells (2000). O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado, aplicado nos meses de agosto a outubro, considerando-se à população do bairro do Centro. Os resultados permitiram as seguintes considerações: os principais monumentos (imóveis) encontram-se preservados (A Igreja Matriz, A coluna da Hora); o conjunto representado pelo casario, grande parte encontra-se modificado, poucos mantêm preservado a sua arquitetura original. Constatou-se também através do trabalho de campo que a maior parte do patrimônio histórico se encontra deteriorado ou modificado pela ação humana. No referente ao significado constatou-se através dos questionários que a população não reconhece à importância do processo de tombamento e são favoráveis à substituição dos imóveis históricos.

Palavras-chave: Patrimônio histórico arquitetônico; preservação, tombamento, significado

LISTA DE SIGLAS

CONPEC – Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais.

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN.

LISTA DE FIGURAS

Foto 01 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	28
Foto 02 – Residência construída ao lado da Igreja da Matriz	29
Foto 03 – Prédio do Mercado Público	29
Foto 04 – Casarão residencial.....	30
Foto 05– Residência apresentando semelhança do Classicismo Imperial Recifense	30
Foto 06 – Residência apresentando semelhança do Classicismo Imperial Recifense.....	30
Foto 07 – Residência que apresenta tendência do Classicismo Imperial	30
Foto 08 – Residência localizada no centro da cidade de São João do Rio do Peixe	31
Foto 09 – Casarão da rua Tabelião José Cândido Dantas	36
Foto 10 – Rua Laurenio Firmeza.....	38
Foto 11 – Estação Ferroviária.....	39
Foto 12 – Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.....	40
Foto 13 – Coluna da Hora	40
Foto 14 – Cadeia Pública.....	41
Foto 15 – Capela São Francisco	41
Foto 16 – Mercado Público	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Área de Preservação Rigorosa - Total de Imóveis, Uso Atual e Estado de Conservação	34
Quadro 02 – Total de Imóveis, Uso Atual e Estado de Conservação Segundo a Localização	36
Quadro 03 – Total de Imóveis, Características e Estado de Conservação dos Imóveis Segundo a Localização	39
Quadro 04 – Avaliação do Significado para Sociedade Local do Patrimônio Histórico Arquitetônico	46
Quadro 05 – Avaliação do Significado para Sociedade Local do Patrimônio Histórico Arquitetônico	47
Quadro 06 – Avaliação do Significado para a Sociedade Local do Patrimônio Histórico Arquitetônico	48
Quadro 07 – Avaliação das Condições dos Imóveis Tombados Pelo IPHAEP	49

SUMÁRIO

1	Introdução	11
2	Referencial Teórico Metodológico	14
2	Procedimentos Metodológico.....	18
	Capítulo 01 - Patrimônio Histórico: Algumas Considerações	19
	Capítulo 02 - Pequeno Histórico da Cidade de São João do Rio Do Peixe.....	24
	2.1 O Estilo do Acervo Arquitetônico de SJRP: Algumas Considerações	25
	Capítulo 03 - O Uso e as Condições de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico da Cidade.....	32
	Capítulo 04 – O Significado do Patrimônio Histórico Arquitetônico de SJRP para a Sociedade Local	44
4	Considerações Finais	50
	Referências	52
	Apêndice	54
	Apêndice A - Questionário De Pesquisa	

1 Introdução

Atualmente tem crescido a discussão no que se refere à proteção do patrimônio histórico arquitetônico. Pensar essa questão, entretanto, não é tão simples. Ainda que se trate de um tema que é de conhecimento de todos, este tem gerado conflitos. O patrimônio histórico tem um valor social, político, econômico e simbólico. Por essa razão há a necessidade de preservar e conservar esses bens históricos. Enquanto o poder público atua no sentido de “garantir” sua preservação através das leis de tombamento, os proprietários dos imóveis, ainda que acatem, na sua grande maioria, desconhecem ou mesmo não entendem o seu valor para a sociedade.

Para a Geografia, trabalhar com esse tema significa não somente buscar o valor que a história tem. Trata-se, sobretudo, de entender e explicar como ocorre a (re)organização do espaço geográfico na perspectiva do uso atual, das condições de preservação, conservação e significado. O debate sobre esses aspectos já é fato corrente na sociedade atual. Na prática, dado as condições as quais esse legado encontra-se, pode-se defini-la como embrionária.

No Brasil esse tema só ganhou visibilidade a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (1937), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Na Paraíba foi criado o IPHAEP (1971) que tem como finalidade a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontram sob a proteção e guarda do patrimônio histórico e artístico nacional.

Ainda que no cenário nacional a preocupação com a preservação remonte à década de quarenta do recém concluído século, constata-se, que o problema ainda está longe de ser resolvido. Nas nossas cidades, com poucas exceções e independente de sua localização, o que se presencia é que grande parte desse patrimônio encontra-se deteriorado ou mesmo abandonados e/ou destruídos. Há também os casos em que a lei sequer é respeitada. Na verdade, para que se preserve esses bens patrimoniais é preciso que haja interesse não só por parte dos órgãos públicos mas, sobretudo, da sociedade civil.

O nosso objeto de estudo é o denominado Centro Histórico de São João do Rio do Peixe, cidade localizada na Mesorregião do Sertão Paraibano, na Microrregião de Cajazeiras-PB (ver mapa 01). A cidade de SJRP possui construções históricas que revelam através de suas

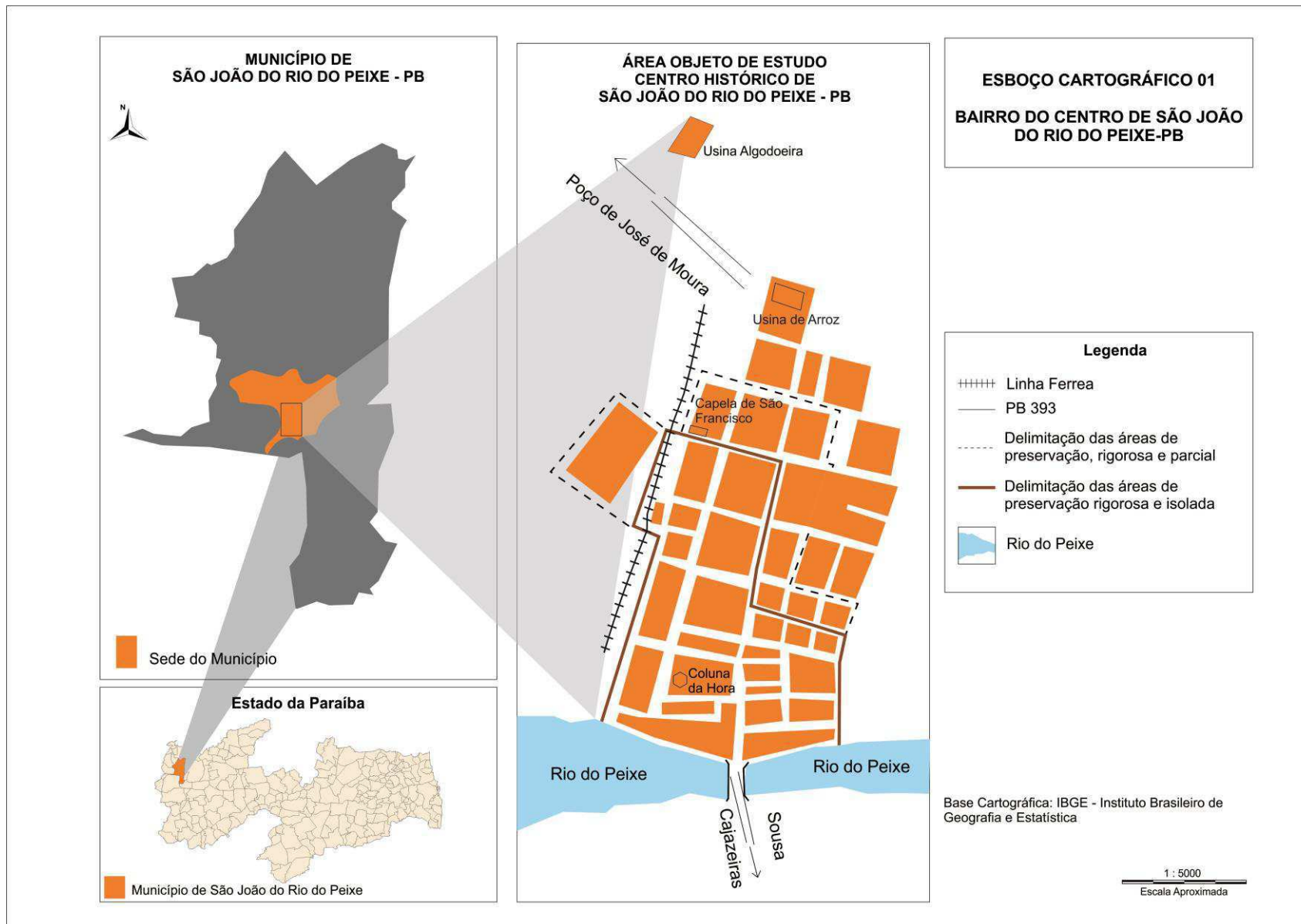
paisagens um pouco de sua história e geografia. Trata-se de uma cidade centenária fundada na segunda metade do século XIX que destacou-se no cenário regional desde a sua fundação. A área possui inúmeros imóveis de valor histórico tombados pelo IPHAEP. Suas edificações estão representadas por monumentos religiosos da segunda metade do século XIX, data de fundação do então povoado, casarões residenciais e comerciais construídas entre as últimas décadas do século XIX e metade do século XX.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como tema a cidade e o urbano. O objetivo principal foi analisar o uso, as condições de preservação e conservação e o significado do patrimônio histórico arquitetônico para a população local. Para tanto foi realizada algumas considerações sobre o estilo arquitetônico no intuito de situá-lo no tempo e no espaço, identificar e analisar o uso atual, verificar e caracterizar as atuais condições de preservação e conservação dos monumentos tombados e analisar o significado do patrimônio histórico arquitetônico desta cidade.

O presente estudo permite mostrar como os indivíduos interagem com o lugar e como se dá a organização do espaço. Portanto, percebeu-se a importância de estudar o patrimônio histórico da cidade no intuito de resgatar e manter a história do lugar, como também buscando analisar como a sociedade atribui ideias e valores ao lugar. Tendo oportunidade de entender e explicar como a paisagem urbana está sendo construída e modificada diante dos procedimentos estabelecidos pela sociedade atual.

O trabalho está composto por quatro capítulos, a saber: O capítulo 01 intitulado “Patrimônio Histórico: algumas considerações”, traz um pequeno histórico sobre o Tema, sua institucionalização no Brasil e na Paraíba; o capítulo 02 denominado “O objeto de Estudo, está dividido em dois subcapítulos: o primeiro traz um pequeno histórico da cidade de SJRP, abordando a sua origem e as suas primeiras edificações; o segundo representa uma aproximação ao quem vem a ser o estilo arquitetônico encontrado em SJRP; o capítulo 03 intitulado “O uso e as condições de preservação e conservação do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade”, faz a análise desses aspectos e, por último, o capítulo 04 intitulado “O significado do patrimônio histórico arquitetônico de SJRP para a população residente no Bairro” buscou analisar a importância do Patrimônio Histórico Arquitetônico para a sociedade sãojoãoense.

Mapa 01



2 Referencial Teórico Metodológico

A Geografia preocupa-se em analisar a organização e transformação do espaço geográfico, decorrentes de fenômenos naturais e humanos, onde temos o indivíduo como atuante na construção do espaço. Quando se fala em espaço estamos falando de uma totalidade, onde se busca ter amplos questionamentos do lugar. Que esse espaço é marcado pelas heranças de um passado, onde teve e tem ainda influências de quem viveu e vive no lugar, apresentado assim a relação que a sociedade tem com espaço.

O espaço apresenta uma herança de histórias passadas, onde se tem suas peculiaridades enquanto a dinâmica das relações com o cotidiano, pois sofre influências diante das transformações ocorridas com o lugar, pois o espaço se transforma frequentemente. E como diz SANTOS (1996, p. 25) “ a relação entre o homem e o meio é dado pela técnica. Com os quais o homem realiza sua vida, produz, ao mesmo tempo, cria espaço.” Neste ponto de vista incide que a transformação do espaço urbano, acontece diante da organização e modificação do ambiente a partir da prática que cada indivíduo atribui com o espaço.

Como diz Castells (2006, p. 304), “ o espaço está carregado de sentido. Suas formas e seu traçado se remetem entre si e se articulam numa estrutura simbólica, cuja eficácia sobre as práticas sociais revela-se em toda análise concreta.” Assim, a cidade pode ser entendida por fenômenos diferenciados em cada época, e com isso estabelece um conjunto de forças que se define entre os aspectos culturais, simbólicos, econômicos e os sociais. As transformações de cada lugar resultam de novos valores incorporados ao passar dos tempos em suas próprias formas onde se define historicamente o seu passado.

Contudo existe acumulação de tempos na paisagem urbana, ou seja, em que cada lugar expressa o seu aspecto histórico nas formas arquitetônicas e é dessa maneira que traz um passado cheio de significado que são revelados em sua paisagem. De acordo com Santos (1996, p. 83) “a paisagem se dá como um conjunto de objetos reais – concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. Isso nos permite dizer que a paisagem apresenta formas diferenciadas, sejam elas no presente ou no passado mostrando ângulos diferenciados em cada época.

A cidade tem sido concebida e definida de diversas maneiras. Carlos (1992, p. 26.), define a cidade “como um modo de viver, pensar, mas também sentir.” Com isso a cidade reproduz a história diante da experiência de cada indivíduo que produz e transforma o lugar, e consequentemente estabelecendo forças de poderes fundamentais para uma modificação seja

no aspecto cultural, social ou econômico. E com isso há uma relação cada vez mais intensa entre esses aspectos, tendo novas dimensões sobre os indivíduos que constroem, modificam e transformam a paisagem urbana. De acordo com Sousa (2010 P. 28):

[...] Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produz bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identificação territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar[...].

Como aborda Carlos (2007, p. 57) a cidade “é entendida como uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta e diferenciada em função de determinações históricas.” Assim fica claro que a cidade é uma acumulação de tempos e como tal apresenta através de suas formas vários momentos de materialização da sociedade. Dessa forma, como afirma CORREA (1989, p. 11) o espaço urbano, “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”.

Via de regra, o espaço urbano mostra-se ao longo do tempo que é constituído historicamente pela realização da sociedade, de modo que, terão experiências vividas, apresentando como será os movimentos e contradições existentes diante do passado e conseqüentemente demonstrando as ações futuras presentes em cada lugar.

A paisagem urbana revela-se como produto social e como tal, resultado de acumulações e substituições. Embora as formas se apresentam de modo estático, estas é cheia de movimentos e construída ao longo do tempo. Carlos (1992) afirma que, à paisagem urbana aparece como um instantâneo. No entanto, a paisagem urbana mostra processos diferentes e que a mesma não é “instantânea”, mas, está sempre em processo de construção criando uma história no lugar. A cidade é um ambiente onde se constroem relações entre as pessoas, com isso, criando laços em um lugar, ou seja, em um mesmo território.

Em suma, é a sociedade que dá sentido aos lugares e aos objetos que cercam o cotidiano, fazendo com que se tenha uma identidade ao lugar. Essa identidade é constituída através da formação da paisagem que a população se identifica com as experiências vividas ao longo do tempo, seja nas formas arquitetônicas, com a cultura ou com as tradições de cada lugar onde os indivíduos terão uma relação poder.

As formas arquitetônicas presente em cada lugar representam formas criadas em momentos diferentes. Essas mesmas representam não somente a história ou parte da história do lugar, essas são também parte da sua geografia. São objetos provindos de um conteúdo técnico específico, ou seja, característico de cada fase de realização da sociedade. O valor atual, como afirma Santos (1996), é dado pela sociedade atual. Essas rugosidades, ou seja, o que permanece do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares estão presentes nas formas arquitetônicas e representam parte da memória do lugar. De acordo com Santos (1988, p. 98):

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural.

É importante ressaltar que o processo de construção da paisagem urbana apresenta diferentes relações manifestadas em suas formas e em seu uso. Essas ocorrem diferentemente segundo a sociedade, ou seja, em função do tempo social e resultam na criação de uma identidade com o lugar. Esse processo de construção da paisagem pode ou não criar laços, com o ambiente onde a sociedade terá uma relação de identidade com um lugar, ou seja, a posse do mesmo. Como enfatiza Carlos (2007. p 30):

É pelo uso como ato e atividade que a vida se realiza e é também através do uso que se constroem os “rastros” que dão sentido a ela, construindo os fundamentos que apoiam a construção da identidade revelada como atividade prática capaz de sustentar a memória.

E ainda como afirma Carlos (1992, p. 36) “[...] a paisagem urbana tende a revelar uma dimensão da produção espacial. [...] a paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão de sua evolução espacial, e do modo pela qual foi produzida”. Assim, a paisagem urbana reúne vários momentos

que permite entender não somente sua evolução ou a sua transformação em cada período, mas, sobretudo, a evolução da própria sociedade e de seus valores de acordo com cada época. Como destaca Santos (2006), “a paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém, o espaço compõe a paisagem existindo no momento e nas formas atuais”. Segundo C. Reboratti (1993, p.17 apud Santos 2006 p. 67):

A paisagem humana é uma combinação de vários tempos presentes. Na verdade, paisagem e espaço são sempre uma espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe. O espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro.

Portanto, a cidade se apresenta como uma forma geográfica que reúne várias funções seja com o presente ou com o passado, deixadas em suas formas e marcas fundamentais para uma transformação e realização da sociedade em diferentes épocas, funções estas que mostram um conjunto de formas e ações e seus diferentes usos com o lugar.

Assim, a paisagem urbana evidencia marcas resultantes do trabalho do homem ao longo do tempo materializadas nas ruas e nas formas arquitetônicas testemunhando a própria evolução da sociedade através de suas formas. Revela igualmente, como era à vida naquele lugar. Esses objetos que se reportam ao passado do lugar, mas que permanecem na atualidade podem ou não mudar, com esse processo de função. Assim, é como constatamos em muitas cidades, as mudanças, valorizações e desvalorizações que são processos inerentes a cada grupo social, ou a cada sociedade. Ainda que o lugar não se defina por si só, cabe ao grupo local a sua preservação e conservação.

Nas economias subdesenvolvidas, mesmo as industrializadas como é o caso do Brasil, constata-se, por parte da sociedade, uma desvalorização no que se refere ao patrimônio histórico arquitetônico, ainda que exista o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão que apoia a preservação e fiscalizam as obras seja para modificar ou restaurar os imóveis tombados. Mas, continuam sendo poucos os incentivos do poder público a esses bens tombados, pois, os mesmos alegam que há a falta de recursos e também é um custo alto pra a conservação e preservação das construções antigas. A proteção desses bens tem que ser

objeto de todos tanto do poder público como da comunidade, até porque é a história do seu passado que serve como ponte de ligação.

A paisagem urbana está perdendo sua identidade no que se refere aos lugares históricos, pois a sociedade busca cada vez mais o moderno. As formas antigas estão tendo papéis diferentes diante dos novos procedimentos estabelecidos pela sociedade, procedimentos estes que visam o lucro e a especulação dos imóveis, pois, se tem uma ideia de que o novo é melhor, e com isso, o espaço urbano tem uma transformação cada vez mais rápida apagando a memória do lugar.

De acordo com Carlos (1992), a história da paisagem urbana tem sinais do tempo, portanto, o espaço produzido em cada momento terá sua diferenciação, em que o mundo é resultado da atividade de várias gerações onde se buscam mais aperfeiçoamento e consequentemente criando novas formas e identidades aos lugares.

Desde a industrialização as cidades tiveram a necessidade de se modernizar, com isso investiram em novas construções e a destruição das formas antigas. Rolim (2010) afirma que, foi com essa realidade que tivemos o avanço da proteção do patrimônio histórico e arquitetônico. Com isso, observa-se que a partir da destruição dos monumentos históricos tivemos uma proteção desses bens, por isso que, as construções antigas devem ser mais protegidas e preservadas tendo em vista a preservação de sua história ao longo do tempo.

Portanto, o aspecto histórico que as cidades têm consequentemente estabelece uma identidade aos lugares, fazendo com que se tenha um pertencimento com o espaço urbano, foi pensando nessa perspectiva histórica que o presente trabalho tem como finalidade discutir a questão do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do município de São João do Rio do Peixe-PB existente no denominado centro histórico da cidade, considerando, sua importância, o uso e as condições de preservação.

3 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos abrangeram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica foi realizado o levantamento de obras que tratam do tema e da área objeto de estudo (livros, revistas, jornais), junto a biblioteca setorial do Centro de formação de Professores/UFCG e da Universidade Federal da Paraíba, Campus de João Pessoa, sobretudo, os setores de arquitetura e artes. Também foram consultados diversos sites onde foram localizados alguns artigos.

A Pesquisa de Campo foi realizada nos meses de agosto a outubro de 2013. Esta teve como objetivos:

- a) Fazer o levantamento do número de imóveis existentes nas ruas tombadas e o seu uso atual;
- b) registro fotográfico e análise das condições de preservação e conservação do patrimônio histórico arquitetônico da área;
- c) análise do significado do patrimônio histórico arquitetônico para a população que reside na área.

Durante essa última etapa foi aplicado 100 questionários que exploram os seguintes aspectos: a) Na sua opinião você considera importante o processo de tombamento do Centro histórico da cidade de São João do Rio do Peixe? b) Como você ver a destruição/substituição de imóveis históricos por modernos ou atuais? c) O que representa ou significa para o Senhor(a) os imóveis antigos existentes no centro histórico de SJRP? e, d) Na sua opinião como você analisa as condições de preservação do Centro histórico de SJRP?

Capítulo 01 - Patrimônio Histórico: Algumas Considerações

A palavra Patrimônio tem sua origem do Latim *patrimonium*, e segundo Poulot (2009), significa tudo que pertence ao pai ou do pai da família; significa herança, legado que por meio do tombamento torna-se possível a sua preservação, conservação e incorporação como bem cultural permitindo assim que se mantenha a memória daquela sociedade, daquele lugar. Esse legado, entretanto, não possui somente valor como memória. O seu verdadeiro valor inclui além do aspecto cultural, afetivo, valor econômico já que se trata, também, de objetos que possuem valor de troca. Sua preservação e conservação, por outro lado, é de fundamental importância para a sociedade, pois esta representa não somente uma parte da história do lugar, mas também parte de sua geografia.

Como considera Poulot (1956, p. 13):

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental que lhes atribui o saber comum, enfim por um estatuto específico, legal ou administrativa.

O tema Patrimônio Histórico vem sendo discutido desde o século XIX. Segundo Gandelman (2006, p. 16) “a ideia de constituição de um patrimônio histórico e artístico nacional surgiu com a Revolução Francesa e se tornou, ao longo do século XIX, uma característica importante dos estados nacionais que se formavam naquele período”. De acordo com Fonseca (2009, p. 81) “no Brasil, a temática do patrimônio - expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da nação, e mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico” – começa a ser considerada politicamente relevante, implicando o envolvimento do Estado, a partir da década de 1920”, ganhando mais visibilidade uma década depois no governo de Getúlio Vargas.

Ainda segundo FONSECA (op. cit.). Segundo FONSECA (2005) citado por PONTES (2008), o primeiro episódio em termos jurídicos sobre a noção de patrimônio histórico como objeto de proteção foi com a Constituição de 1934, no artigo 10 (Disposições Preliminares). Foi com a criação do denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que o Estado brasileiro passou a reconhecer e valorizar o Patrimônio Histórico Arquitetônico nacional. O SPHAN começou a funcionar experimentalmente em 1936, sendo oficializado em 1937 com a lei nº 378, de 13 de janeiro deste ano. A partir de então passou a integrar oficialmente à estrutura do Ministério de Educação e Saúde – MES sendo criado então o conselho consultivo.

Data do final do ano de 1937 os estudos e pesquisas como base pra o trabalho de conservação e restauração, e para sua proteção oficial de acordo com a Constituição Federal e o decreto-lei nº 25 de 30 de novembro deste mesmo ano que criou a denominada “Lei do Tombamento”¹. Segundo HORTA (1999), “foi a partir de então que os técnicos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do patrimônio estadual ou Municipal, puderam identificar alguns edifícios isolados, sítios ou conjuntos de edificações que apresentam um significado especial para a história do Brasil”. Com isso os monumentos identificados foram denominados de monumentos ou edifícios tombados, quando inscritos nos Livros de Tombo do patrimônio nacional, estadual ou municipal.

Sobre esse aspecto afirma Horta (1999, p. 16):

O tombamento é assim um registro oficial e legal de um edifício, um conjunto de edificações, centros urbanos históricos, ou objetos e

¹ A origem do termo faz referência à Torre do Tombo, que fica em Lisboa, onde se guardam os livros e documentos desse país.

coleções de significado exemplar para a sociedade. Um monumento é antes de tudo uma referência a um momento na trajetória histórico-cultural de um povo, um instrumento da memória coletiva.

Assim, o tombamento é um instrumento jurídico que foi desenvolvido para impedir a destruição do patrimônio histórico-arquitetônico e que tem por objetivo a preservação e restauração dos imóveis. Como aborda Almeida (2008, *apud* POSSOLI 2008, p. 11) o IPHAN é o órgão que apoia a preservação que fiscaliza as obras seja para modificar ou restaurar os imóveis tombados. Com isso podemos observar que a ideia de preservação tem que vir acompanhada com o poder de renovação. O tombamento não impede o uso, o mesmo cria restrições a tudo que se refira a alterações em aspectos que descaracterizem os imóveis. Para tal faz-se necessário autorização prévia e acompanhamento pelos representantes do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN ou dos seus representantes sediados em cada unidade da federação.

Na Paraíba o órgão responsável pela preservação e conservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico é o denominado “Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba” – IPHAEP, fundado em 31 de março de 1971, com o Decreto Lei nº 5255. No entanto o mesmo só passou a funcionar apenas em 1974. Assinado pelo Governador Ernani Satyro, o Instituto tinha como finalidade a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontravam sob a proteção e guarda do patrimônio histórico e artístico nacional e incluía os bens históricos, artísticos, folclóricos, florísticos e arqueológicos.

Entende-se que é de suma importância a preservação e conservação, pois garantem que a história do lugar permaneça viva, mantendo a articulação do espaço e tempo tendo como objetivo preservar a história do lugar para as gerações futuras. Por outro lado para que se tenha a preservação dos bens patrimoniais é preciso que haja um interesse não somente dos órgãos responsáveis, mais também da sociedade em geral. Esse conservar e preservar bens históricos não faz referência apenas às relíquias, mas, sobretudo, à preservação da história do lugar ou de parte desta.

Por outro lado, observa-se ou mesmo constata-se que desde a criação do IPHAN e mais particularmente do IPHAEP, limitando-se a nossa realidade paraibana, quando se observa as condições de preservação e conservação do patrimônio histórico arquitetônico de nossas cidades constata-se que existe um conflito entre as necessidades da sociedade atual, o uso, a conservação e preservação. De fato, a forma como se apresenta esse legado, revela, entre outros aspectos, um problema entre o que se constata na prática e na teoria. Na verdade, uma

significativa parte do nosso patrimônio histórico arquitetônico apresenta as suas características ou muito descaracterizadas ou completamente destruídas ou em completo abandono.

De acordo com Rolim (2010, p. 15):

A demolição de edificações antigas se tornou uma atividade bastante executada e tolerada durante o processo de crescimento e evolução dos grandes centros urbanos. Isso se deveu, em parte, aos interesses políticos de grupos sociais que, nos bastidores dessas transformações, buscaram exaltar suas próprias imagens atreladas aos momentos de *progresso e modernização* das cidades, o que acarretou, durante anos, a derrubada de prédios, casarões e até quarteirões inteiros.

Ainda que o citado Autor se restrinja aos grandes centros urbanos, o problema referente à preservação e conservação do patrimônio histórico arquitetônico nacional pode ser estendido também para as pequenas cidades. Diante do exposto observamos uma ameaça a esse patrimônio, fato esse que pode atribuído, como colocado anteriormente, não somente a figura do Estado mas, também, à própria sociedade que atua dentro de uma lógica que associa o valor de troca a uma desvalorização da história do lugar. No caso das economias subdesenvolvidas, como é o caso da brasileira, essa desvalorização também está associada ao baixo nível cultural da população.

Nas pequenas cidades, apesar de apresentar-se bastante diferente das cidades grandes e médias, percebe-se a influência do mundo capitalista. Nessas, do mesmo modo, busca-se a valorização dos imóveis, aspecto este que entra em choque quando o imóvel faz parte do patrimônio histórico arquitetônico do lugar. Diferentemente de outros tempos, na atualidade a especulação imobiliária também forma parte desses espaços. Como afirma Santos, M. (1996) “é o mundo reproduzindo-se no lugar. No caso específico do patrimônio histórico, existe uma desvalorização desses imóveis. O ato de tombamento restringe o seu uso o que na prática tem repercutido negativamente, pois muitos dos monumentos são abandonados. A falta de manutenção resulta, em um lapso de tempo relativamente curto, na sua completa destruição.

Em pouco tempo já “não existe” nada que possa ser aproveitado e as ruínas são substituídas por um novo imóvel. Observa-se, de maneira geral um interesse por parte dos proprietários que tal fato ocorra o que pode ser atribuído, em muitos casos, ao fato de tratar-se de imóveis de herdeiros. Tal processo reorganiza o espaço urbano podendo ser constatado através da redução do número de imóveis tombados. Nesse sentido outro aspecto observado é

o surgimento de um centro ou de uma área central bem diferente tanto na forma quanto no conteúdo. São os novos imóveis que dominam a paisagem e o conteúdo, cada vez mais deixa de ser residencial e passa a ser comercial. É um novo lugar. Tal fato é uma realidade também, como afirmado anteriormente, nas pequenas cidades. Tais ações resultam de novos valores que são incorporados as sociedades atuais, valores estes vinculados a interesses de ordem econômica e que são transmitidos de geração para geração.

Como considera Fonseca (2009, p. 57) “Foram ameaças de destruição e perda de monumentos já considerados de valor histórico ou artístico que mobilizaram as sociedades nacionais para o investimento na preservação”. Em São João do Rio do Peixe não foi diferente. Conforme constatado o tombamento, delimitação e criação das áreas de proteção e conservação somente foi formalizado pelo IPHAEP em 2002. Consta-se assim um desinteresse por parte da sociedade local e do próprio Estado.

Na realidade, o que se constata na prática é a produção de conflitos entre o poder público e o capital privado. A grande maioria dos proprietários dos imóveis localizados nas áreas tombadas não apresentam interesse na sua preservação. Nesse sentido, o tombamento como uma obrigatoriedade imposta pelo poder público, vai de encontro aos interesses dos proprietários dos imóveis. As restrições no que se refere às possibilidades de reforma têm resultado na desvalorização no mercado imobiliário. Na prática, como colocado anteriormente, essas normas têm gerado conflitos e, em muitos casos, resultando no abandono dos imóveis pelos respectivos proprietários culminando com a sua completa destruição promovida pela falta de manutenção e acelerada pelo tempo.

Nesse sentido, a paisagem urbana, antes marcada pela presença de um conjunto de imóveis com valor histórico ou mesmo imóveis isolados, passa a apresentar as marcas do abandono e do tempo. Esses espaços passam a ser redefinido mostrando aspectos de destruição. É o que se poderia definir como o conflito entre o novo e o velho. Tem sido dessa forma que muitas de nossas cidades têm perdido parte do seu patrimônio histórico-arquitetônico. Esse processo cria novas funções e revela o poder do capitalismo na recriação dos lugares. Trata-se, na realidade de uma descaracterização dos lugares, da sua história e de sua gente.

Por fim, como enfoca Rolim (2010), o patrimônio histórico arquitetônico é importante para a socialização e identidades das futuras gerações, pois haverá uma construção da história, que fará com que a memória do lugar permaneça se reproduzindo cada vez mais. Com isso podemos entender que a história sendo preservada, haverá uma construção maior da história do lugar sendo repassada pela sociedade. Ainda que exista a lei de preservação e conservação, boa

parte da população de São João do Rio do Peixe não vê como importante a manutenção e proteção do patrimônio histórico arquitetônico de sua cidade.

Capítulo 02 - Pequeno Histórico da Cidade de São João do Rio do Peixe-PB

A cidade de São João do Rio do Peixe representa uma das mais antigas áreas de ocupação do sertão paraibano. Os registros mostram que a ocupação da área onde hoje é a sede do município remonta a início da segunda metade do século XIX. Em 28 de novembro de 1863, através da Lei Provincial nº 96, foi criado o Distrito que recebeu o nome de São João de Sousa e que pertencia ao município de Sousa. Em 08/10/1881 passou a categoria de Vila pela Lei nº 727 (Provincial). Em 26/02/1882 houve desmembramento do município de Sousa e criação do município de SJRP. Segundo Sousa (2007), nessa época, além da Igreja Matriz Nossa senhora do Rosário e da Casa da Intendência contava com o prédio da Cadeia Pública, o Cemitério, quarenta imóveis residenciais, dez estabelecimentos comerciais e quinhentos eleitores.

A ocupação da atual área que corresponde ao seu sítio urbano, como de tantas outras da região, foi favorecida, antes de mais nada, pela existência do Rio do Peixe. Esse foi, sem dúvida, o elemento que concorreu para a efetivação da ocupação da área. E foi a partir da criação do gado bovino que surgiu, segundo os registros, no ano de 1691, na margem esquerda do Rio do Peixe, a denominada Fazenda São João, área que deu origem a atual cidade de São João do Rio do Peixe.

Assim as primeiras edificações estavam representadas pela Casa Grande e pela Senzala e datam do final do século XVII. . Em torno da Casa Grande foram surgindo novas construções merecendo destaque para a Capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário. Segundo Sousa (2007) “a capela foi construída no local da antiga casa de oração”. De fins do século XVII e ao longo do século XVIII, novas construções foram surgindo em torno da Capela. Em 1855, em virtude da aspiração eclesiástica e da necessidade de uma Capela maior foram iniciadas as obras do que veio a ser a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sendo esta obra concluída em 1863. Neste mesmo ano recebeu os Foros de Matriz pela lei Nº 96, de 28/ 11/ 1863.

Na primeira década do século XX é registrado à construção da estrada de ferro ligando São João do Rio do Peixe ao estado Ceará. Esse evento deu um importante impulso no crescimento da cidade bem como favoreceu o desenvolvimento econômico e o crescimento urbano da mesma. Hoje é uma cidade com mais de cem anos e conta com um considerável

acervo histórico arquitetônico. Atualmente tem o Centro Histórico tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba (IPHAEP).

Os estudos e pesquisas sobre o patrimônio histórico de São João do Rio Peixe foram realizados no dia 08/11/2001. Foi nesta data que os técnicos do IPHAEP identificaram, delimitaram e criaram as seguintes áreas: “Área de Proteção Rigorosa, Área Proteção Parcial e Área Proteção Isolada”. Em 2002 através do Decreto Estadual nº 22.917, publicado em 03 de abril, foi homologada a deliberação Nº 0127/2001 pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais-CONPEC que aprovou a delimitação do Centro Histórico de SJRP.

2.1 O Estilo do Acervo Arquitetônico de SJRP: algumas considerações

Discorrer sobre o estilo arquitetônico do Patrimônio Histórico existente em SJRP não é uma tarefa fácil. Na realidade essa afirmação pode ser estendida, pelo menos, à região Nordeste do Brasil. A literatura sobre o tema, além de pouco numerosa, mostra que não há um consenso entre os estudiosos no que se refere ao estilo arquitetônico. Assim, para este tópico adotamos à classificação proposta por SOUSA [C.A. 1995] no seu estudo sobre o acervo histórico arquitetônico da cidade do Recife na obra intitulada “O Classicismo Arquitetônico no Recife Imperial”. Nessa pesquisa o Autor mostra a importância da arquitetura da cidade do Recife e sua influência na arquitetura de muitas cidades do interior de vários estados da região. Segundo Sousa (1995, p. 25):

O Classicismo recifense, se irradia sobre o amplo território então polarizado pela cidade do Recife. Esse se estendia dos estados do Ceará a Alagoas, incluindo o interior pernambucano bem como a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Ele serviu de modelo para a arquitetura classicista ali produzida, como Maceió, João Pessoa, Natal e a distante Fortaleza, separada do Recife por cerca de 800 quilômetros. Em Aracati (Ceará), situada um pouco menos afastada, mas mesmo assim a mais de 600 quilômetros.

Para Sousa (op. cit.) a arquitetura que se estende do século XVIII até o advento da arquitetura moderna foi identificada pelo termo neoclássico, denominação essa que o Autor considera ter sido utilizada abusiva e equivocadamente para designar os diferentes estilos classicistas empregados em nosso país. O qualificativo neoclássico, segundo o Autor (op. cit.), só é admissível, sem ser o mais adequado, para designar uns poucos edifícios, erguidos,

sobretudo nos anos de 1810 e 1820 nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro com sucesso apenas parcial.

Ao discordar com a denominação acima, Sousa (op. cit.), reconhece que o Brasil Imperial viu surgir, com timidez, no período regencial e florescer, com vigor, no Segundo Reinado (1832-1839), uma modalidade particular de linguagem arquitetônica classicista, que constituiu um dos melhores capítulos da história da arquitetura levantada neste país. Ao mesmo tempo defende que esses projetos configuram um segmento de nossa evolução arquitetônica preparatória ao advento do que o Autor denomina de Classicismo Imperial.

Considera igualmente que foram as cidades de Rio de Janeiro e Recife as urbes que mais contribuíram para o florescimento de tal linguagem. Nesse sentido destaca a cidade do Recife no que se refere à invenção estilística e à pureza formal e propõe a seguinte expressão para classificar os diferentes estilos empregados no Brasil: **classicismo imperial** ou **classicismo do Segundo Reinado**, ou ainda fórmulas equivalentes, como arquitetura **Classicista do Império**.

Assim, o estilo arquitetônico encontrado na cidade de São João do Rio do Peixe tem sua influência e semelhança no denominado classicismo recifense. Ainda que o então povoado hoje denominado de São João do Rio do Peixe remonte à primeira metade do século XIX faz-se necessário um pequeno retrocesso ao século XVIII, devido às influências desse período, também denominado de Neoclassicismo e seus derivados (Classicismo de Transição, Ecletismo, Classicismo Acadêmico), na arquitetura das principais urbes². Na verdade, segundo SOUSA [CA. 1995], os projetos até então executados configuram um segmento de nossa evolução arquitetônica, preparatório ao advento do denominado pelo Autor como Classicismo Imperial.

Para Sousa (op. cit.), o estilo do Classicismo Imperial se define com características essenciais tomadas emprestadas de certos tipos de arquitetura produzidos no Brasil e em Portugal durante os séculos XVII e XVIII numa demonstração da continuidade de nossas tradições arquitetônicas. As características desse estilo se apresentam segundo Sousa (op. cit.) como “**estilo chão**” da arquitetura religiosa, que tinha caráter básico – sobriedade, predomínio das formas geométricas, divisão das fachadas em painéis separados por elementos retilíneos

² Segundo o Autor foram variadas, ambíguas e pouco numerosas manifestações desse classicismo de transição. Caracterizou-se por uma arquitetura relativamente homogênea que, misturando tradições luso-brasileiras com fórmulas classicistas estrangeiras, provenientes da Renascença italiana, constituiu uma interpretação peculiar brasileira da linguagem classicista que conquistou as principais cidades do país e impôs-se como estilo dominante por muitos anos, no Segundo Reinado. Esse teve como principal papel preparar o caminho para o surgimento do classicismo Imperial.

salientes, preferências por fachadas sem saliências, reentrâncias e sombras pronunciadas quase que reduzida a planos.

Ainda segundo o Autor, outras características importantes estão associadas às cores e aos materiais que derivam da arquitetura erguida pelos portugueses no Brasil e na Metrópole onde empregavam tons de rosa e coral nos painéis, contrastando com o branco dos componentes lineares salientes com pilastras, cornijas, cercaduras, entre outros aspectos. Na verdade, esta repetia uma solução adotada em muitos prédios portugueses desde o século anterior. Além dessa temos também como fonte de inspiração de nosso Classicismo Imperial a Renascença italiana. Segundo SOUSA (op. cit.):

Derivavam de determinados edifícios do variado acervo desta [sic] tanto princípios de composição quanto elementos do repertório arquitetônico, tinha como prática arquitetônica de esconder o telhado com uma platibanda, o uso de saliências horizontais para separar os pavimentos nas fachadas, a repetição de aberturas idênticas, balaustrada, frontões triangulares marcando o centro da elevação principal, estátuas e vasos adornando platibandas, ou ainda da aberturas com vergas retas encimadas por cornija. Acrescente-se a isto que influências renascentistas italianas estavam presentes no estilo chão português e foram assimiladas indiretamente quando classicismo imperial absorveu características deste.

Como diz Sousa (op. cit.) “foi, portanto basicamente da fusão de contribuição provenientes da herança arquitetônica lusitana (europeia e americana) e da Renascença italiana que nosso Classicismo Imperial resultou”. E foi primordialmente na arquitetura civil que se deu o florescimento de nosso Classicismo Imperial. As marcas dessa arquitetura foram reproduzidas em residências abastadas e em prédios públicos onde os mesmos tinham finalidades diversas.

De acordo com o Autor (op. cit.) “Bastaram poucos anos, para que a linguagem atingisse seu amadurecimento que se materializaria em vários prédios públicos importantes iniciados nos anos 1840”. E ainda segundo o mesmo seria no Recife que o Classicismo Imperial se mostraria mais produtivo, seja na arquitetura doméstica, ou nas edificações públicas. A partir dos anos de 1830, a cidade de Recife não produziu apenas edifícios de qualidade, mas também incontáveis residências menos qualificadas.

Em meados do século XIX viu nascer à arquitetura doméstica. Este início é marcado pela construção de moradias requintadas tanto no Rio de Janeiro como na cidade do Recife, bem como de edifícios públicos. Esta fase é considerada por Sousa, (op. cit.) como o período mais produtivo tanto da arquitetura doméstica como nas edificações públicas. Essa linguagem,

segundo o Autor, “entraria em rápido declínio nos 1880, por causa da difusão de novas modas estilísticas trazidas da Europa, sua adoção na arquitetura pública ficando restrita a obras secundárias [...]. Foi graças, à arquitetura residencial onde ela lograria preservar uma diminuída mas razoável aceitação e onde viu-se, por vezes, modificada pela incorporação de influências provenientes do Classicismo Acadêmico que começa a se impor [...].

O Autor enfoca que em setes décadas a cidade produziu não apenas numerosos edifícios de primeira qualidade, mas, também, incontáveis residências menos qualificadas. E em decorrência disso, segundo o Autor, em 1890, Recife torna-se a mais Classicista das urbes brasileiras. Recife guarda hoje o mais rico patrimônio de natureza Classicista Imperial. O Classicismo Imperial no Recife foi possibilitado pelo crescimento econômico e demográfico e pelo progresso generalizado que a cidade conheceu entre 1820 e 1880.

Sendo assim, Recife foi modelo de reprodução desse estilo Classicista para muitas cidades do interior da região Nordeste. Em SJRP não foi diferente. Muito do seu acervo é deste período. Ainda que seu casario apresente traços mais simples, a cidade com seus mais de cem anos de existência, apresenta semelhanças do denominado Classicismo Imperial. A cidade obteve uma arquitetura onde não se encontra excessos decorativos e sim simples linhas e poucas superfícies onduladas como veremos em algumas construções. Os imóveis construídos nessa época apresentam algumas dessas características.

A título de exemplo temos a Igreja de Nossa Senhora Rosário concluída no ano de 1863. Temos ainda a Casa da Intendência (construída ao lado da igreja), o edifício do Mercado Público; a antiga casa construída para as santidades religiosas e antigas residências de indivíduos mais nobres dessa região.



Foto 01- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Tendo uma fachada majestosa, com duas torres altas e janelas grandes. Encimando as torres estão os indicadores dos ventos. No frontal encontra-se gravado a data que indica o ano da conclusão da obra. No alto frontão ergue-se uma cruz. Temos três portas e igual número de janelas

(originais). Na lateral direita abrem-se duas portas e nove janelas, no lado esquerdo uma porta e sete janelas e na parte superior destas há dezesseis óculos coloniais (foto da Autora, 2013).



Foto 02- Temos a casa construída ao lado da Igreja Matriz, em 1860. Serviu de sede à Intendência, Câmara Municipal e Fórum. A residência apresenta com uma moldura horizontal, que reforça o toque de graça eles proporcionam ao desenho. Apresentavam platibandas com marcações horizontais. Tendo também cinco janelas e duas portas, apresenta - se como uma fachada larga(foto da Autora, 2013).



Foto 03- Prédio do Mercado Público trabalhado em arcos com desenhos em alto relevo. Apresenta molduras em todo o seu entorno marcando uma arquitetura simples da época (foto da Autora, 2013).



Foto 04- Casarão residencial apresentando uma arquitetura com moldura horizontal, desenhos em alto relevo, aparecendo logo acima da moldura às cornijas. Apresenta duas portas e três janelas como fazendeiros ou padres (foto da Autora, 2013).



Foto 05-. A residência apresenta semelhança que prevaleceria no classicismo imperial recifense, que é dominada pela geometria tanto volumétrica como em termos de desenho. Na mesma, tem a movimentação volumétrica, conseguida com o acréscimo de dois blocos retangulares recuados. A porta de entrada localiza-se não na frente, mas numa das fachadas laterais, características da época. Apresentando uma sacada na frente que dá acesso à rua, aprimorando ainda mais a beleza desse imóvel. Podemos observar a composição da fachada com elementos geométricos simples, com uma moldura horizontal, onde a platibanda tem o poder de deixar essa arquitetura mais bela, na forma de esconder o telhado (foto da Autora, 2013).



Foto 06- Idem a foto 05 (foto da Autora, 2013).



Foto 07- A residência acima apresenta também uma construção horizontal, tendo uma geometria, tanto volumétrica como em termos do desenho, o que apresenta a tendência no classicismo imperial. A mesma está bastante maltratada. O imóvel tem sua originalidade e qualidade que são observadas no seu desenho exterior, aspectos notáveis se fosse devidamente restaurado (foto da Autora, 2013).



Foto 08- A residência apresenta o frontão com duas janelas, sua fachada evidência a platibanda. Tem duas portas de entrada localizada na fachada lateral e oito janelas, sendo seis na fachada frontal e duas na lateral. Na lateral apresenta também um pequeno jardim (foto da Autora, 2013).

Capítulo 03 - O Uso e as Condições de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico da Cidade

O Uso e as Condições de Preservação do Patrimônio Histórico-Arquitetônico. O que se entende que o uso e as condições de preservar e conserva os bens históricos, tem o seu valor específico, onde são atribuídos valores e significados aos imóveis, ou seja, cada um apresenta funções e significados, aonde são impostos valores diferenciados a sua estética e qualidades a cada construção histórica. Portanto quando se fala em Patrimônio Histórico-Arquitetônico percebemos que expressam características específicas, constituindo ao longo do tempo formas e procedimentos distintos. Como aborda Fonseca (2009, p. 41):

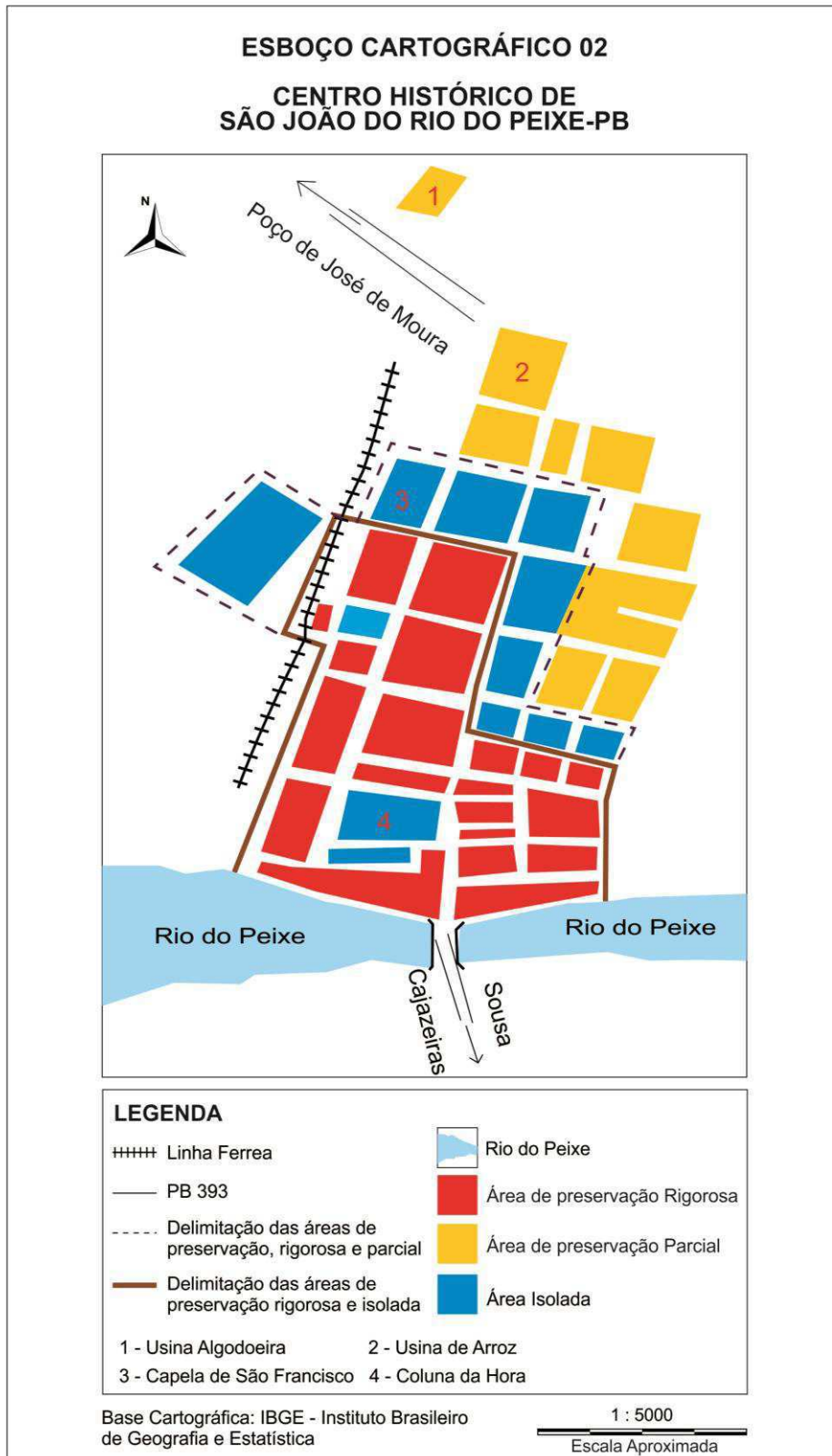
O Patrimônio Histórico se caracteriza pela sua heterogeneidade, ou seja, são atribuídos valores a imóveis mais antigos como Igreja, câmara e cadeia. Cada um deles tem sua especificidade e modo de funcionamento. [...] as funções e significados de bens é acrescentado um valor específico enquanto patrimônio. O que altera o seu sistema de valor.

A área que reúne o patrimônio histórico-arquitetônico de SJRP abrange três setores da cidade. São eles: o denominado Centro que corresponde à área de ocupação mais antiga e que reúne a maior parte dos imóveis tombados, distribuídos em 18 ruas³ e, uma pequena área no setor oeste, bem próximo ao bairro do Centro. Além desses, ainda fazem parte as antigas instalações das usinas Algodoeiras e a de Arroz. Em 2002 o IPHAEP, depois de estudos formalizou o tombamento reconhecendo três setores distintos. São eles: Área de Preservação Rigorosa, Área de Preservação Parcial e Área de Preservação Isolada.

No total as três áreas reúnem, conjuntamente, um total de 549 imóveis. São nestas onde se concentram os imóveis que apresentam valor histórico. A primeira, ou seja, a denominada “Área de Preservação Rigorosa”, considerada como a principal, a mais importante, que reúne os imóveis mais antigos, a exemplo da Igreja Matriz e a denominada Casa da Intendência, ambas datadas do ano de 1864, além do prédio do Mercado Público e do casario residencial do final do século XIX e início do XX. Na “Área de Preservação Parcial” destacam-se alguns imóveis representando, na realidade, um continuação da “Área de Preservação

³São elas: Rua Jacob Guilherme Frantz; Djalma Dutra; Raimundo Barros; Josué de Freitas; José Pires de Maia; José Ferreira Formiga; Tabelião Jose Cândido Dantas; Lourival Ribeira da Nobrega; Genésia Leite Furtado; Laurênio Firmeza; Lúbio Brasileiro; José Henrique Sobral; Travessa Antônio Gonçalves, Edite Ferreira, Padre Joaquim Cirilo de Sá, Tabelião Pedro Muniz de Brito, Irinéia Dantas Rocha e Paula Rocha.

Rigorosa”. Por último a “Área de Preservação Isolada” onde destacam-se o antigo prédio da Estação Ferroviária e a Capela de São Francisco (ver mapa 02).



O quadro 01 se refere à “Área de Preservação Rigorosa”. Consta neste o total de imóveis, o uso atual e o estado de conservação. Observa-se que a mesma é composta por 423 imóveis e que 97,63% estão ocupados. Destes, $\frac{2}{3}$ são de uso residencial e $\frac{1}{3}$ ocupados com pequenos comércios, restando apenas pouco mais de 2% que se encontram desocupados. Verifica-se que o bairro do Centro ainda permanece com um forte conteúdo residencial, fato esse que pode ser atribuído a pouca importância do setor de comércio da cidade.

No referente ao estado de conservação, conforme pode ser visto no quadro abaixo, 63,77% dos imóveis da denominada “Área de Preservação Rigorosa” se apresentam totalmente reformado enquanto que 31,25% mantêm a fachada original e apenas menos de 5% se apresentam preservados tanto a fachada como o interior. Fato semelhante se constata para os imóveis comerciais. Nestes não se registra nenhum imóvel que apresente a fachada e o interior original. 41,13% preservam apenas a fachada enquanto 58,86% se apresentam totalmente reformado.

Quadro 01 - Centro Histórico de São João do Rio do Peixe-PB
Área de Preservação Rigorosa - Total de Imóveis, Uso Atual e Estado de Conservação.

SETOR	Dados Sobre os Imóveis						
Área de Preservação Rigorosa	USO ATUAL	Total	%	Estado de Conservação			
				Preservado somente a fachada	Preservado a fachada e o interior	Totalmente reformado	Muito Deteriorado
	Residencial	272	64,3	85	13	174	-
	Comercial	141	33,33	58	-	83	-
	Desocupada	10	2,36	-	-	-	-
	Abandonada	-	-	-	-	-	-
Total	423	100	-	-	-	-	

Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2013

Na realidade, o que se constata em SJRP não é exclusivo dessa localidade. As condições de conservação e preservação do que é denominado e definido como patrimônio histórico-arquitetônico, mesmo tratando-se de imóveis com valor histórico e tombados pelo IPHAEP, em todo o estado da Paraíba, pelo menos, boa parte ou se encontra abandonados, pessimamente conservados ou mesmo estão totalmente descaracterizados. Esse fato pode ser atribuído as condições que o lugar determina, atribuindo outros valores ao tombamento.

O que se constata na denominada “Área de Preservação Rigorosa” denuncia, pelo menos, um descaso do poder público o que inclui não somente a ação por parte deste no sentido de coibir. O fato de criar leis e tombamentos não garante que o imóvel será preservado, fato

esse constatado no presente estudo. A questão da preservação e conservação vai muito mais além. Envolve muito mais que a figura do Estado através da criação de leis e sua aplicação. Envolve além do Estado à própria sociedade.

Não se consegue preservar e conservar quando não se sabe ou não se tem a mínima noção da sua importância. Trata-se de uma questão muito mais ampla. Ainda que a preservação do patrimônio esteja definida como importante no sentido de preservar a memória do lugar, os valores daquela sociedade, materializados nas formas espaciais, a sua manutenção perpassa por trilhas muito mais complexas. A forma como esse patrimônio se apresenta e como é considerado pela sociedade, passa justamente pela identidade que se criou na relação entre essa sociedade e seu espaço. Na atualidade, constata-se, frequentemente, que esses valores não fazem parte da atual sociedade de SJRP. Nesse sentido, o objeto geográfico ganha outro valor.

Como considera Le Goff (1994, p. 427):

Um monumento histórico é mantido através do esforço da sociedade em transmitir para gerações futuras parte de sua memória, ou seja, o passado histórico só pode ser representado se a sociedade tiver a capacidade de construir e manter esse passado com muita luta e empenho para que futuramente, seja representado como força de muitas vitórias e conquistas de um passado heroico.

Em SJRP, conforme mostrado no quadro acima, os aspectos referentes ao uso e condições de conservação revelam a pouca importância atribuída pela população. Vale reforçar que estes valores são capazes de modificar toda uma história que levou décadas para ser construída. Como afirmar Carlos (2007, p. 25) “Isto significa dizer que os referenciais históricos que estão acumulados no espaço tendem à destruição em confronto com as necessidades da produção de novos espaços de acumulação”. Há que considerar que o patrimônio histórico-arquitetônico existente em cada lugar exerce um importante papel, pois transmite e mostra o tempo e o espaço de cada localidade.



Foto 09 - Casarão da Rua Tabelião José Cândido Dantas. Parcialmente descaracterizado (foto da Autora, 2013).

O quadro 02 apresenta os dados referentes ao total de imóveis, uso atual e estado de conservação da denominada “Área de Preservação Parcial”⁴. Esta reúne um total de cinco ruas com um total de 118 imóveis. Destes, 97 são residenciais, ou seja, 82,20% e 21 são comerciais, ou seja, 15,10%. São elas: a rua Edite Ferreira com 32 imóveis, sendo 23 residenciais e 8 comerciais; a Padre Joaquim Cirilo de Sá com 22 imóveis, todos residenciais; a Tabelião Pedro Muniz Brito com 13 imóveis sendo 5 residenciais e 8 comerciais; a Irinéia Dantas Rocha que totaliza 50 imóveis, sendo 46 residenciais e 4 comerciais e, por último, a rua Paula Rocha com 7 imóveis todos residenciais.

Quadro 02 - Centro Histórico de São João do Rio do Peixe
Total de Imóveis, Uso Atual e Estado de Conservação Segundo a Localização

SETOR	Dados Sobre os Imóveis						
Área de Preservação Parcial	USO ATUAL	Total	%	Estado de Conservação			
				Preservado somente a fachada	Preservado a fachada e o interior	Totalmente reformado	Muito Deteriorado
	Residencial	97	82,20	3		94	-
	Comercial	21	15,10		-	21	-
	Desocupada			-	-	-	-
Abandonada	-	-	-	-	-	-	
Total	118			-	-	-	

Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2013

No referente ao estado de conservação apenas 2,60% estão preservadas somente a fachada o que corresponde a 3 casas. E 15,10% correspondem a 21 imóveis comerciais todos modificados. Também observamos que é uma área composta na sua maioria por imóveis

⁴ A área de preservação parcial corresponde aos setores que ficam nas mediações da área de preservação rigorosa.

residenciais que se encontram quase que em sua totalidade reformados. Assim, ainda que prevaleça o uso residencial, o que por suposto, deveria “manter” as características originais por parte dos proprietários, pode-se constatar que são poucos os imóveis que apresentam preservados somente a fachada e nenhum a fachada e o interior. Cria-se assim, em um lapso de tempo relativamente curto, uma nova paisagem urbana. Conforme afirma Santos (1996, p.66) a paisagem e o espaço, independente da sua localização, são acumulações e substituições.

Na realidade essa área tem também a função de “resguardar” as áreas de preservação rigorosa no sentido de não permitir que supostas novas construções possam comprometer, sobretudo, a paisagem que compõem a área de preservação rigorosa, digo, a mais importante e, conseqüentemente, descaracterizar a paisagem desse setor pelo avanço de construções atuais que podem pouco a pouco, caso não tenha fiscalização, comprometer todo o setor.

Portanto a área de preservação parcial tem suas modificações frequentes, pois são imóveis com características específicas, são construções mais simples onde não se tem um significado importante como patrimônio histórico arquitetônico, portanto não prevalece as suas formas originais. A área de “Preservação Parcial“ é uma continuação do centro, ou seja, são imóveis que foram construídos próximo da área de preservação rigorosa, ou seja, o setor mais antigo da cidade. A área parcial trata-se, na verdade de imóveis com pouco ou nenhum valor histórico. São construções relativamente recentes que guardam características das tendências mais atuais.

Contudo, acreditamos quando se tomba os imóveis, não se pode fazer com que as transformações do lugar deixem de acontecer, até porque estamos falando de áreas que ficam em torno, da área de “Preservação Rigorosa”. Portanto que assim aconteça a modificação dos imóveis, mas que venha acompanhada com a necessidade de se renovar e se constitua em ambas as partes um equilíbrio de ideias entre a sociedade e os órgãos responsáveis.



Foto 10 - Rua Laurenio Firmeza. Residências com características mais modernas (foto da Autora, 2013).

Por último temos os imóveis tombados que compõem a denominada “Área de Preservação Isolada”. São eles: a “Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário” que teve sua construção concluída em 1863; o edifício da “Cadeia Pública Municipal” construído pelo governo de Estado em 1958; as instalações da “Estação Ferroviária” inaugurada em 1925; a “Coluna da Hora” que teve suas obras iniciadas em 1945 e concluída em 1948; a “Capela de São Francisco” de 1944; o prédio do “Mercado Público Municipal” iniciado em 1907 e concluído em 1918 e, as instalações das “Antigas Usinas de Arroz e Algodão”⁵. A exceção destes dois últimos, os demais encontram-se localizados nas áreas de preservação rigorosa e parcial. Trata-se, na realidade, dos monumentos mais imponentes da cidade.

No que se refere ao uso atual hoje praticamente alguns desses monumentos históricos, que foram de grande utilidade para o desenvolvimento da economia desta cidade, hoje se encontram desativada ou abandonada como é o caso da Estação Ferroviária, que antigamente correspondia um dos importantes encontros de passageiros que viajavam para o estado do Ceará, atualmente encontra-se desativada e o uso de conservação e preservação preocupante.

⁵ FONTE: Galvão, Rogerio Cândido Ramalho. São João do Rio do Peixe- Datas e Notas: Gráfica e Editora Halley S.A, 2011.



Foto 11 - Estação Ferroviária (foto da Autora, 2013).

Quadro 03 - Centro Histórico de São João do Rio do Peixe
Total de Imóveis, Características e Estado de Conservação dos Imóveis Segundo a Localização.

SETOR	Dados Sobre os Imóveis						
Área de Preservação isolada	USO ATUAL	Total	%	Estado de Conservação			
				Preservado somente a fachada	Preservado a fachada e o interior	Totalmente reformado	Muito Deteriorado
	Pública	8		2	3		-
	Comercial				-		-
	Desocupada			-	-	-	3
Abandonada	-	-	-	-	-	-	
Total	8		-	-	-	-	

Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2013.

A Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, esta localizada na Praça da Matriz tendo a função pública onde ocorrem as missões para sociedade, foi uma das primeiras edificações da cidade. Sua estrutura se encontra conservada mantendo seus aspectos originais, como por exemplo, as suas portas da frente são originais, destacando assim suas almofadas salientes, entalhadas na própria madeira.



Foto 12 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (foto da Autora, 2013).

A coluna da hora tendo uma função decorativa, apresentando assim características peculiares de um imóvel, que se pode ser atribuídos valores que se institua assim uma simbologia. Esta localizada na Praça da Matriz enfrente a Igreja, se encontra com a mesma estrutura que foi construída, tinha antes uma área em que as pessoas brincavam, mas depois foi construída ao seu redor a Praça da Matriz. Que a mesma se encontra hoje com sua estrutura totalmente reformada, a sua construção ainda não foi finalizada, deixando assim um lugar em que as pessoas não frequentam, ocorrendo assim mudanças no cotidiano da sociedade.



Foto 13 - Coluna da Hora (foto da Autora, 2013).

A cadeia tendo assim a função pública conhecida como casa de detenção ou popularmente conhecida como cadeia pública, a mesma é utilizado como forma de pagamento pelos os criminosos, ou seja, uma forma de se redimir com a sociedade e pagar o que fez de

errado (Rego, 2004). A mesma esta localizada na Rua Laurênio Firmeza onde suas construções se encontra deterioradas, deixando um aspecto de ambiente inóspito aos que frequentem e vivem no lugar.



Foto 14 - Cadeia Pública (foto da Autora, 2013).

A capela de São Francisco esta localizada perto da Estação Ferroviária, tendo o objetivo de celebrar as festas de São Francisco. Sua estrutura é simples, possui apenas uma torre, se encontra na entrada um portão e cinco portas laterais. O interior da capela é simples, com um altar e dois laterais, a capela e bem conservada. Na sua parte externa foi construída uma área para as celebrações e festas da capela.



Foto 15 - Capela de São Francisco (foto da Autora, 2013).

O prédio do Mercado Público esta localizada perto da Praça Matriz, tem a função comercial onde se localiza vários prédios comerciais, sua estrutura no interior foi modificado,

a sua parte externa tem a mesma estrutura que foi construída, trabalhada em arcos desenhos em alto relevo e detalhes de frontispícios, mas aos poucos esse prédio histórico esta se degradando ocorrendo a perda dos seus traços arquitetônicos.



Foto 16 - Mercado Público (foto da Autora, 2013).

Os resultados deixam claro que os imóveis históricos estão sendo aos poucos todos reformados ou praticamente preservado só a fachada, ou quando não estão desativados, perdendo assim seu estilo arquitetônico original. Ademais, preservar o patrimônio é proteger uma identidade de anos, que nos oferece uma oportunidade de termos uma chance de transmitir para gerações futuras conhecimentos de vida e culturas diferentes. Como diz Horta (2003) a cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido da geração em geração, que se aprende com as pessoas mais antigas, onde as mesmas tem uma certa influência com o lugar e isso acontece no dia-a-dia, na busca de entender os problemas que a sociedade enfrenta.

Portanto, deveriam criar novos usos a esses monumentos históricos que estão abandonados ou desativados, utilizando os mesmo para práticas de turismos e fins culturais, dando a esses ambientes funções adequadas, não deixando que se deteriorem com o tempo. Entretanto esse descaso com alguns bens históricos pode ocorrer pela falta de conhecimento com o assunto, gerando assim, a negligência com esses bens, e isso nos faz analisar, que aos poucos está se perdendo a identidade do lugar, deixando de ser um aspecto importante de ser respeitado e admirado.

O que acontece frequentemente é a descaracterização dos imóveis ou o seu abandono, deixando um sentimento como se não tivesse uma história, um passado que perpassa aos olhos de quem vê destruído e sem vida. Tentar entender ou mesmo compreender a história, contudo o que se percebe é o evoluir de uma sociedade, que está exposto em cada lugar. Preservar o

Patrimônio Histórico Arquitetônico é uma necessidade de todos. Pois exerce um papel fundamental para uma sociedade que ainda está por vir, mostrando um tempo que jamais irão reviver e só contemplar as suas formas arquitetônicas.

Como aborda FONSECA (2009, P. 20):

A constituição de patrimônios históricos e artístico nacionais é uma prática características dos estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedoras de proteção, visando à sua transmissão para gerações futuras.

A fala da autora mostra como o patrimônio tem um valor, valores estes que são atribuídos por intelectuais, ou seja, pessoas que tem o conhecimento de entender e analisar o que é importante tanto para a sociedade, como para o espaço. Na medida em que se tem uma cultura, ou seja, uma simbologia ao lugar, sendo apresentado em concreto. Onde podemos contemplar e mostrar seu significado as pessoas que não tiveram a oportunidade de estar em épocas passadas, por isso são dignas de ser respeitadas e ter sua história protegida.

Conclui que o Patrimônio Histórico Arquitetônico vive ultimamente em um processo de mudanças. Observamos que um dos fatores que resulta nessa transformação é a falta de conhecimento e o poder econômico também predomina bastante, favorecendo a modificação dos imóveis históricos. E os órgãos que são responsáveis por manter essa política de preservação, estão deixando os monumentos arquitetônicos em processo de degradação e abandono.

Contudo analisar esse assunto sobre o Patrimônio Histórico, pode-se dizer que existe um significado, e que a um processo de reprodução da história, mas esse espaço histórico se perde no tempo diante do choque de ideias e pensamento de uma sociedade, confrontando com as necessidades de reprodução, isto impõe dizer que os bens históricos tendem a se modificar diante da reprodução do espaço. O que parece importante é resgatar esse espaço, mantendo concretamente o seu uso, tornando visível sua prática social. Instalando fundamentos que se adequem ao lugar e que tenha um valor que seja capaz de sustentar a memória.

Capítulo 04 – O Significado do Patrimônio Histórico Arquitetônico de SJRP Para a Sociedade Local

O Patrimônio Histórico Arquitetônico apresenta vários significados para a sociedade, significados estes que são construídos ao longo do tempo. Assim, tem uma simbologia que é revelada em suas formas e apresentam aspectos culturais, econômicos e sociais de um dado momento da sociedade. A sua importância para parte desta revela-se, entretanto, contraditória. O impasse é gerado a partir do jogo de interesse por se tratar de um bem que apresenta, em última instância, valor econômico. Na realidade, o tombamento têm resultado em uma desvalorização do imóvel. Esse fato não impactaria tanto se se tratasse de uma prática por parte do Estado desenvolvida junto à sociedade. Assim, a “desvalorização” por parte da população pode ser atribuída à uma questão cultural.

Na verdade, o significado da preservação e conservação do patrimônio histórico arquitetônico é um aspecto que está diretamente ligado, também, à questões de ordem econômica e política. Esse aspecto nos reporta, automaticamente, a questões relacionadas ao nível de desenvolvimento do país. Nas populações culturalmente mais desenvolvidas, a incorporação de questões relacionadas à preservação e conservação do patrimônio histórico arquitetônico já é um tema que foi absorvido por grande parte da população. Nas economias menos desenvolvidas é comum o desconhecimento, por parte de grande parcela da população, da importância de se manter o patrimônio histórico e arquitetônico do lugar.

Pode-se dizer então que lugares menos desenvolvidos, economias onde o Estado foi ou é omissivo, no que se refere às suas obrigações sociais, se materializam, entre outros aspectos, na dificuldade de interpretação da realidade, bem como, no reconhecimento da importância da preservação e conservação dos legados o que inclui, o patrimônio histórico arquitetônico. Esta realidade tem resultado na perda de significativa parte do patrimônio histórico. Esses aspectos refletem os valores atribuídos ao patrimônio, revelado nas condições de preservação e conservação.

Assim, o significado que a sociedade atribui ao Patrimônio Histórico Arquitetônico apresenta-se refletido nas condições de preservação e conservação. A produção da cidade se dar através dos sentimentos e ações que são realizadas pela sociedade. Como diz Meinig (1979, p. 164 apud Corrêa; Rosendahl 2003, p. 179) “a paisagem urbana permite múltiplas leituras a partir de diversos contextos históricos culturais, envolvendo diferenças sociais, poder, crenças e valores”. Assim, quando se tem o tombado do patrimônio histórico arquitetônico é necessário

compreender que os mesmos têm vários significados. Esse varia de acordo como os diferentes grupos sociais e o contexto onde está inserido. O patrimônio histórico arquitetônico é uma riqueza de todos. Sua preservação e conservação reflete parte dos valores da sociedade.

Nesse sentido, a paisagem urbana apresenta uma variação de significados. De acordo com Mitchell (2000 apud Corrêa; Rosendahl 2003, p. 181) esta é resultado do trabalho social e está impregnada de relações sociais e conflitos. Ainda segundo o Autor, é por intermédio daqueles que a controlam e definem que a paisagem urbana ganha novos significados. Portanto, esse controle promove as relações de conflitos e encontra na figura do Estado seu principal interlocutor. É a partir disso que o patrimônio adquire um valor simbólico, transformando-se em um tipo particular de mercadoria.

No caso de SJRP, as enquetes mostram que a sociedade local atribui importância diferenciada ao patrimônio histórico arquitetônico existente. Os quadros que seguem exploram as questões referentes à opinião da parcela da população consultada no que diz respeito aos seguintes aspectos: a) Na sua opinião você considera importante o processo de tombamento do Centro histórico da cidade de São João do Rio do Peixe? b) Como você ver a destruição/substituição de imóveis históricos por modernos ou atuais? c) O que representa ou significa para o Senhor(a) os imóveis antigos existentes no centro histórico de SJRP? e, d) Na sua opinião como você analisa as condições de preservação do Centro histórico de SJRP?⁶

No caso do primeiro questionamento, ou seja, “Na sua opinião você considera importante o processo de tombamento do Centro histórico da cidade de São João do Rio do Peixe?” como pode ser visto no quadro 04, foi verificado que a população consultada encontra-se dividida. As que consideram importante o processo de tombamento, alegam que trata-se de imóveis históricos que tem uma memória, que revela experiências vivenciadas em épocas remotas. Do mesmo modo permite resgatar o conhecimento de um passado, entender outros momentos no processo de organização daquele espaço. Esses representaram 48% dos consultados.

Por outro lado, como pode ser visto no quadro abaixo, quase metade dos consultados atribuem pouca importância ou valor ao tombamento. Tal fato deve ser atribuído ao nível cultural da população e à questões de ordem econômica já que quando há o tombamento, via de regra, ocorre uma desvalorização no mercado imobiliário. Nesse sentido, observa-se a geração de conflitos entre os interesses dos proprietários e o Estado no processo de organização

⁶ Foram aplicados cem questionário considerando a população que reside na área.

do espaço urbano. Assim, a Lei do tombamento, esse objeto geográfico, define uma nova e diferente (re)organização da cidade.

Quadro 04 - Centro Histórico de São João do Rio do Peixe-PB
Avaliação do Significado para a Sociedade Local do Patrimônio Histórico Arquitetônico

QUESTÕES REFERENTES AOS IMÓVEIS	AValiação	RESPOSTAS	Total (%)
Na sua opinião você considera importante o processo de tombamento do Centro histórico da cidade de São João do Rio do Peixe?	Importante	São resquícios da história da cidade que precisam ser preservados	10%
		São memórias de uma sociedade que mostram as experiências do passado sendo apresentadas nas formas arquitetônicas	5%
		O patrimônio histórico é importante, pois é uma obra arquitetônica que guarda resquícios de uma história e memória do passado.	6%
		O processo de tombamento fará com que a sociedade tenha a necessidade de preservar esses bens históricos.	13%
		São monumentos históricos que embelezam a cidade e representam a história e memória do lugar, portanto devem ser preservados.	14%
	Não Importante	São apenas prédios que não embelezam a paisagem da cidade	12%
		São prédios que “contam” a história da cidade, mas que não se adequam a arquitetura atual e por isso devem ser reformados.	20%
		Deixam a cidade com um aspecto feia e envelhecida e por isso precisam ser reformados ou demolidos.	20%
		Total	100

Fonte: Questionários aplicados no mês de outubro de 2013 pela Autora.

No quadro 05, levantamos a seguinte questão: Como a população ver a destruição/substituição de imóveis históricos por modernos ou atuais? Nesse ponto, ainda que os resultados demonstrem que há uma parcela significativa da população que é contra à destruição, uma vez mais e reforçando o questionamento anterior, a grande maioria é favorável à sua substituição. Neste caso, atribuímos também à questões de ordem cultural e econômica.

Como tal afirmativa podemos perceber que as construções históricas da cidade de São João do Rio Peixe ainda têm o seu valor histórico para algumas pessoas da sociedade local. Por outro, não se pode descartar a opinião das pessoas que são a favor de destruição ou substituição dos imóveis antigos porque, na prática e em última instância, os comportamentos e atitudes penderão favoravelmente à substituição. Tudo é uma questão de tempo, fato esse comprovado in loco, pela existência de alguns imóveis tombados que encontram-se praticamente destruídos. Na verdade e no geral, os proprietários, em sua maioria herdeiros deixam esses imóveis entregues ou expostos às intempéries.

Quadro 05 - Centro Histórico de São João do Rio do Peixe-PB

Avaliação do Significado Para a Sociedade Local do Patrimônio Histórico Arquitetônico

QUESTÕES REFERENTES AOS IMÓVEIS	AVALIAÇÃO	RESPOSTAS	Total (%)
Como você ver a destruição/substituição de imóveis históricos por modernos ou atuais?	Contra	São monumentos históricos que embelezam a cidade e representam a história e memória do lugar, portanto devem ser preservados.	38%
	A favor	São apenas prédios que não embelezam a paisagem da cidade;	12%
		São prédios que “contam” a história da cidade, mas que não se adequam a arquitetura atual e por isso devem ser reformados.	10%
		Deixam a cidade com um aspecto feia e envelhecida e por isso precisam ser reformados ou demolidos.	40%

Fonte: Questionário aplicado do mês de outubro de 2013 pela Autora.

Tivemos uma porcentagem alta, ou seja, aos poucos os monumentos históricos estão perdendo seu valor, os imóveis estão se degradando ao longo dos dias. Colaborando assim, para a destruição desses imóveis, envolvendo um processo dinâmico de constante confronto do velho com o novo. Esse constante fluir permite-me utilizar analogicamente o pensamento de J. Schumpeter, (1975), e admitir que, tal como no desenrolar evolutivo do sistema capitalista, também as identidades sociais estão sujeitas a um processo de destruição.

Assim, como consta no quadro acima a população consultada é a favor da destruição dos imóveis históricos. Com isso podemos afirmar que na sociedade capitalista tudo, ou quase tudo, gira em torno do lucro. Nas economias subdesenvolvidas, sejam estas industrializadas ou não, prevalece o valor de troca. Nessa, a busca incessante pelo lucro cria e recria valores constantemente. Nesse sentido, observa-se para as economias subdesenvolvidas, mesmo naquelas pequenas comunidades mais isoladas, ainda que os avanços tecnológicos nas comunicações destas últimas décadas permitam que a informação chegue a todos os lugares e com ela a divulgação da importância da conservação e preservação do patrimônio, esse aspecto ainda não foi incorporado pela população. Em SJRP não é diferente. Os dados revelam como a sociedade se comporta almejando sempre obter lucro.

No quadro 06 refere-se o seguinte questionamento: O que representa ou significa para o Senhor(a) os imóveis antigos existentes no centro histórico de SJRP? Podemos constatar que a população consultada revelaram que os imóveis não são significativos. Onde tivemos uma porcentagem alta, no entanto as construções antigas dizem muito sobre o passado, são

monumentos históricos de extremo valor para a sociedade. Até porque essa cultura histórica é algo indispensável para a determinação de como a sociedade trará seu passado e fará ligações destes com as memórias locais. Como aborda Rolim (2010) preservar o patrimônio histórico não deve servir apenas para resgatar um passado, mas para manter o passado e o presente como base para uma sociedade.

Quadro 06 - Centro Histórico de São João Rio do Peixe

Avaliação do Significado Para a Sociedade Local do Patrimônio Histórico Arquitetônico

QUESTÕES REFERENTES AOS IMÓVEIS	AValiação	RESPOSTAS	Total (%)
O que representa ou significa para o Senhor(a) os imóveis antigos existentes no centro comercial de SJRP?	Muito Significativo	São construções antigas que dizem muito sobre seu passado	13%
		São monumentos históricos que possui um valor significativo para uma sociedade.	22%
		São bens que tem um valor importante para a sociedade que pode ser estético ou cultural.	5%
	Pouco Significativo	São monumentos históricos que não tem nenhum significado importante para a população	60%

Fonte: Questionários aplicados no mês de outubro de 2013 pela Autora.

No quadro acima verificamos que a sociedade teve suas divergências, onde algumas não querem e ate mesmo não acham importante o patrimônio histórico, ou seja, não é pelo seu nível de instrução, mais sim a falta de conhecimento sobre o assunto. E o mundo hoje impõe condições e uso aos lugares, buscando sempre o novo, as coisas mais bonitas e modernas, notando que o lado econômico predomina hoje em qualquer lugar.

No quadbro 07, objetivando verificar como a população analisa as condições de preservação dos imóveis históricos de SJRP, podemos perceber que a maioria da população reconheceu significativa que as construções em parte encontram-se destruída. E apenas uma pequena porcentagem encontra-se conservado, então é evidente o descaso de muitas das construções históricas desta cidade. De acordo com Carlos (2007), isto significa dizer que os referenciais históricos que estão acumulados no espaço tendem à destruição em confronto com as necessidades da produção de novos espaços. Muitas vezes esses espaços se deterioram e perde seu significado, sua história e acabam por se tornarem símbolo e espaço de marginalidade. Este é o que evidencia-se com algumas construções históricas existentes em São João do Rio do Peixe.

Quadro 07 - Centro Histórico de São João do Rio do Peixe-PB

Avaliação das Condições dos Imóveis Tombados pelo IPHAEP

QUESTÕES REFERENTES AOS IMÓVEIS	AVALIAÇÃO	RESPOSTAS	Total (%)
Na sua opinião como você analisa as condições de preservação do Centro histórico de SJRP?	Condições de Preservação	Estão bem conservados	30%
		Estão mal conservados	20%
		Grande parte encontra-se destruído	35%
		Parcialmente conservado	15%

Fonte: Questionários aplicados do mês de outubro de 2013 pela Autora.

São essas próprias construções antigas que são capazes de contar a história e a sua geografia de cada cidade, portanto, reforço à ideia da importância da conservação e da não demolição dessas construções. Impedindo que estas sejam apagadas, mesmo que muitas vezes, acabem por servir apenas à contemplação. Pois quando temos um passado que está totalmente degradada, percebemos que a cultura existente nesse lugar está aos poucos desaparecendo. Como diz Simmel (1959) quando o passado é um destroço, o presente fica hipotecado, e pode-se dizer, que para respeitar o presente, tem que se ter uma política que possa manter e preservar o nosso patrimônio. Fica evidente que termos um presente, é preciso ter o máximo de encanto de um passado, que seja visto com muita fascinação e beleza suas construções antigas.

4 Considerações Finais

A pesquisa permitiu ter uma análise sobre Patrimônio Histórico Arquitetônico de SJRP, no intuito de entender o uso atual, condições preservação e o significado que a sociedade atribui ao patrimônio histórico arquitetônico. Na perspectiva, de verificar como acontecem as transformações desses imóveis históricos e a organização do lugar. O Patrimônio Histórico Arquitetônico, entretanto não possui somente valor como memória. O seu verdadeiro valor inclui além do aspecto cultural, afetivo, valor econômico já que se trata, também, de objetos que possuem valor de troca. Sua preservação e conservação, por outro lado, é de fundamental importância para a sociedade, pois esta representa não somente uma parte da história do lugar, mas também parte de sua geografia.

Entendemos que o Patrimônio Histórico, além de se configurar com luxuosas construções existentes nas cidades desenvolvidas, também é constituído por aquelas que estão nas pequenas cidades e possuem um significado tanto para as memórias, quanto para a sociedade local e a organização do espaço. Assim, a preservação de um patrimônio histórico é também importante para o indivíduo se afirmar enquanto cidadão participativo de sua comunidade e da cultura nela existente. E apresentar assim como o lugar é transformado, e influenciado diante das condições que a sociedade atribui.

Assim, trabalho aborda a origem e o significado do Patrimônio, pois segundo Poulot (2009), significa tudo que pertence ao pai ou do pai da família. E conseqüentemente discorre sobre a importância do processo do tombamento. Pois o mesmo é um instrumento jurídico que foi desenvolvido para impedir a destruição do patrimônio histórico-arquitetônico e que tem por objetivo a preservação e restauração dos imóveis.

SJRP é uma cidade histórica que possui um importante acervo arquitetônico com mais de cem anos. Buscamos por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, verificar a semelhança arquitetônica da cidade. Falar sobre o estilo arquitetônico do Patrimônio Histórico existente em SJRP não é uma tarefa fácil. Onde usamos uma classificação proposta por SOUSA. Nessa pesquisa o Autor mostra a importância da arquitetura da cidade do Recife e sua influência na arquitetura de muitas cidades do interior de vários estados da região.

Foram feitas análises dos imóveis tombadas pelo IPHAEP, onde buscamos verificar como se encontra o seu atual uso e condição de preservação. Analisamos em que medida existe uma preocupação por parte desses indivíduos com relação ao patrimônio histórico tombado. Onde cada área apresenta funções e significados, que são impostos valores diferenciados a sua

estética. As áreas tombadas apresentam as seguintes divisões, área de proteção Rigorosa, Parcial e Isolada. Apresentando, imóveis modificados ou parcialmente preservado só a fachada. Sendo assim, vimos que a abordagem com relação à cidade, se deu a partir do processo do avanço do capitalismo, que iniciaram as transformações que modificaram o perfil social e urbano da cidade. Onde o Patrimônio Histórico Arquitetônico vive ultimamente em um processo de mudanças.

Observamos que um dos fatores que resulta também na transformação desses imóveis históricos é a falta de conhecimento e o poder econômico também predomina bastante, favorecendo a modificação dos mesmos. Acarretando na maioria das vezes o seu abandono. Dessa maneira, devemos compreender que o patrimônio histórico não deve ser entendido como bens que não tem significado, mas sim como algo que possa transmitir um caráter cultural e diversificado ao lugar.

Foi possível verificar através dos questionários realizados com os cidadãos. Que a população não acha importante o processo de tombamento e são a favor da destruição ou substituição dos imóveis históricos. Que a maioria dos bens históricos se encontra deteriorados ou modificados pela ação humana. Levando a uma aceleração no que se refere à edificação de novas construções e a demolição de antigas. Onde a sociedade busca cada vez mais o lucro criando e recriando valores aos lugares. O que levou também ao avanço das ações em torno da proteção do patrimônio arquitetônico antigo.

Assim sendo, acreditamos que a partir desse entendimento será possível, através do conhecimento do patrimônio histórico, refletir de forma crítica sobre a sociedade em que vivemos. Contudo, ressalto a importância que isso só é possível a partir de aplicação de um entendimento de toda uma sociedade no geral, que vise promover a preservação e conservação do entorno desse patrimônio. Pois o patrimônio de uma comunidade pode ser representativo de seus valores, mas é preciso que essa comunidade participe de todo o processo de sua constituição.

Diante do exposto, destacamos também que este não é o final dessa pesquisa, mas sim, o indicativo de que novas trajetórias estão abertas aos pesquisadores que queiram aprofundar sobre esse assunto. Por fim, queremos dizer que este é primeiro trabalho acadêmico da cidade que se ocupou da questão do Patrimônio Histórico, buscando fazer uma relação desses com a história e a transformação do lugar, mas acredito que novos estudos sobre esta temática poderão ser realizados, visto que o conhecimento aqui produzido não tem por objetivo ser o último, novas questões poderão ser levantadas e novas fontes podem ser encontradas, o que possibilitará um amadurecimento desse conhecimento.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade** - São Paulo: contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: paz e terra 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. 3ª ed. Rio de Janeiro 2010. 226 p.

CARMO, Marcela Junia Emidio. **Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural como Instrumento de revitalização urbana: um olhar sobre a Praça da Estação**, Belo Horizonte, MG. 2009.

GANDELMAN, Silva Regina Dain. **Acervos Culturais e Acesso ao Público — Questões Jurídicas** . Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HORTA, Maria de lourdes Parreira. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** (1994); tradução Bernardo leitão [et al] 5 ° ed – Campinas , SP: Editora da Unicamp, 2003.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. **O IPHAN e o seu papel na construção/ ampliação do conceito de patrimônio histórico/ cultural do Brasil**, 2004.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. **A Preservação do Patrimônio Imaterial Como Afirmação de Outras Etnicidades**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII- XVI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PONTES, Anna Maria de Lira. **Por entre o valor e a Destruição: as Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Almagre**. João Pessoa, 2008.

POSSOLI, Thaize. **Importância da Educação Patrimonial: A CSN Como Patrimônio Histórico em Siderópolis**. Criciúma, 2008.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial** - João Pessoa: [s.n.], 2010.

SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec. São Paulo 1998.

SANTOS, Cecília Rodrigues. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural**. São Paulo, perspec. Vol 15 2001.

SCHUMPETER, Joseph. (1975), **Capitalism, Socialism and Democracy**. Nova York, Harper Torchbooks, 1942.

SIMMEL, Georg. (1959), "The Ruin", in K. Wolff, **Georg Simmel: 1858-1918**, pp. 259-66. Columbus, Ohio.

SOUSA, Alberto. **O Classicismo Arquitetônico no Recife Imperial**. João Pessoa, Editora Universitária. 1995.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS.- UNISINOS. **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Leopoldo, 2009.

APÉNDICE

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Perfil dos Residentes na Área Referente ao Centro Histórico:

Sexo _____

Quantas pessoas vivem no imóvel? _____

Idade do entrevistado _____

Quanto tempo reside no imóvel? _____

Quando foi construído o imóvel? _____

Perguntas referentes aos imóveis

1- Qual a função/uso do imóvel em questão?

- () Residencial () Alugado () Próprio
 () Comercial () Alugado () Próprio
 () Desocupado
 () Abandonado

2- Qual o estado de preservação do imóvel?

- () Preservado somente a fachada
 () Preservado a fachada e o interior
 () Preservado a fachada com o interior reformado
 () Totalmente reformado

3- O que representa ou significa para o Senhor(a) os imóveis antigos existente no centro comercial de SJRP (Patrimônio Histórico Arquitetônico)?

- () São construções antigas que diz muito sobre seu passado.
 () São monumentos históricos que possui um valor significativo para uma sociedade.
 () São monumentos históricos que não tem nenhum significado importante para a população.
 () São bens que tem um valor importante para a sociedade que pode ser estético ou cultural.

4- Na sua opinião como você analisa as condições de preservação do Centro histórico de SJRP?

- Estão bem conservados
- Estão mal conservados
- Grande parte encontra-se destruídos
- Parcialmente conservado

5-Na sua opinião você considera importante o processo de Tombamento do Centro histórico de cidade de São João do Rio do Peixe?

- Sim
- Não

Se sim, por que ?

- São resquícios da história da cidade que precisam ser preservados.
- São memórias de uma sociedade que mostram as experiências do passado sendo apresentadas nas formas arquitetônicas.
- O patrimônio histórico é importante, pois é uma obra arquitetônica que guarda resquícios de uma história e memória do passado.
- O processo de tombamento fará com que a sociedade tenha a necessidade de preservar esses bens históricos.

6- Como você ver destruição/substituição de imóveis históricos por modernos ou atuais?

- São apenas prédios que não embelezam a paisagem da cidade;
- São prédios que “contam” a história da cidade, mas que não se adequam a arquitetura atual e por isso devem ser reformados;
- Deixam a cidade com um aspecto feia e envelhecida e por isso precisam ser reformados ou demolidos.
- São monumentos históricos que embelezam a cidade e representam a história e memória do lugar, portanto devem ser preservados.